

Teoria da Constituição

Questões objetivas

1. () A Constituição brasileira de 1891, ao contemplar direitos de primeira, segunda e terceira gerações, caracteriza-se como uma constituição típica do Estado Liberal.
2. () A Constituição brasileira de 1988 é considerada como rígida em função da sua considerável extensão, tratando de inúmeros e variados assuntos ou matérias.
3. () Atualmente, o poder constituinte originário, entendido como poder de fato, ilimitado e incondicionado juridicamente, deve ser cancelado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).
4. () Cada norma-regra do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) somente pode ser alterada uma vez por intermédio de emenda constitucional.

Assinale a assertiva correta.

5. Uma emenda à Constituição de 1988 não será válida se:

- a) mitigar a extensão de um princípio constitucional relacionado com as atividades culturais
- b) revogar uma norma-regra constitucional
- c) modificar dispositivo constitucional interpretado anteriormente pelo Supremo Tribunal Federal em sentido diverso
- d) revogar o dispositivo constitucional que garante a existência, na ordem jurídica, do *habeas corpus*

6. () O eventual direito de acesso à internet (rede mundial de computadores) caracteriza-se como direito de primeira dimensão ou geração.

7. () Entre os direitos fundamentais assegurados pela Constituição brasileira de 1988, a vida é um daqueles com caráter absoluto.

8. () O *habeas corpus*, expressamente previsto na Constituição, é uma garantia fundamental que viabiliza o exercício de um direito fundamental, também expressamente previsto na Constituição.

9. () Todos os direitos fundamentais são consagrados na Constituição brasileira de 1988 por intermédio de normas com eficácia plena e aplicabilidade imediata.

10. A ponderação (ou sopesamento) é uma técnica que resolve:

- a) conflitos entre Estados-membros numa Federação
- b) divergências entre Tribunais Superiores
- c) desarmonia entre os Poderes constituídos
- d) conflitos entre direitos fundamentais

11. () A ponderação (ou sopesamento) implica na revogação da norma jurídica que consagra o direito ou valor “vencido”.

12. () "Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição". Trata-se de uma **regra principiológica**.

13. () É válido afirmar que um princípio é uma norma jurídica com dimensão imediatamente finalística (determina a realização de um fim juridicamente relevante).

14. A Constituição estabelece que é vedado instituir impostos sobre “*livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão*”. Assim, o instituto ou técnica que permite considerar os livros eletrônicos (não expressamente mencionados no texto normativo) abrangidos pela imunidade tributário denomina-se:

- a) repristinação
- b) mutação constitucional
- c) interpretação constitucional involutiva
- d) interpretação conforme a Constituição

15. () A recepção de uma norma jurídica não pode ser efetivada com ganho de “*status jurídico*” (exemplo: um decreto que passa a ter força de lei).

16. () A incompatibilidade vertical da legislação infraconstitucional diante de uma nova Constituição resolve-se pela revogação, considerando a incidência, na hipótese, do postulado kelseniano da existência de normas constitucionais inconstitucionais.

17. () A discussão da repristinação no controle de constitucionalidade conduz a conclusão de que o vício jurídico de inconstitucionalidade significa:

- a) nulidade do ato normativo
- b) anulabilidade do ato normativo
- c) inexistência do ato normativo
- d) irregularidade do ato normativo

18. () A tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias dando ensejo a declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras e incompatível com a Constituição brasileira de 1988.

19. A norma constitucional que define um direito para uma categoria de pessoas e remete o exercício desse direito a uma necessária e imprescindível disciplina em lei complementar possui eficácia:

- a) plena
- b) contida
- c) limitada
- d) unitária

20. () As normas constitucionais só admitem interpretação extensiva, jamais interpretação restritiva.

21. () A interpretação constitucional gramatical, temperada pelo critério sistemático, permite uma conclusão histórica e finalística acerca das normas futuras adotadas por emendas constitucionais.
22. () São considerados pela doutrina corrente como princípios de interpretação constitucional: unidade da Constituição, razoabilidade, efetividade, legalidade e economicidade.
23. () Os sistema jurídicos atuais são considerados fundamentalmente abertos porque somente as normas-regras são dotadas de normatividade (ou força para incidir e produzir efeitos).
24. () A norma prevista no artigo 230, parágrafo segundo, da Constituição Federal (“Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos”), deve ser classificada como norma de eficácia contida.
25. () A lacuna constitucional deve necessariamente ser integrada segundo os parâmetros definidos na Lei de Introdução ao Código Civil.
26. () Revisão constitucional e emenda constitucional são institutos equivalentes somente quando é vedada circunstancialmente a alteração da Constituição.
27. () A Constituição brasileira de 1988 impõe limites circunstanciais e materiais ao poder de reforma constitucional pelo Presidente da República.
28. () Em função de sua natureza programática, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais dependem, para que adquiram eficácia “plena retroativa proativa”, de normas regulamentadoras.
29. () A imutabilidade das ordens jurídico-constitucionais viabiliza a construção de institutos de adaptação normativa, a exemplo da mutação constitucional.
30. () Não é meramente irregular ou anulável o vício de inconstitucionalidade (incompatibilidade de uma lei com a Constituição).
31. () Na atual sociedade internacional, a definição e organização dos elementos fundamentais do Estado não necessariamente reclama a adoção de normas jurídicas na forma de um documento denominado de Constituição.

Questões subjetivas

32. O “minimalismo constitucional” é uma das formas de manifestação do “neoconstitucionalismo”, justamente porque reconhece e incentiva o desenvolvimento de regras constitucionais consagradoras dos direitos de terceira geração ou dimensão (baseados nas idéias de solidariedade e fraternidade)? Explique.
33. Por que a forma de Estado, a forma de Governo e o sistema (ou regime) de Governo são normalmente previstos e disciplinados nas Constituições?

34. Critique a Resolução n. 1, de 2028, da **Assembléia Nacional Constituinte**, eleita livre e democraticamente pelos cidadãos brasileiros, que estabelece estarem os trabalhos do colegiado limitados materialmente ao disposto na Constituição brasileira editada em 1946.

35. É válida a emenda constitucional, obra do **poder constituinte derivado**, que altera o quórum para aprovação de emendas constitucionais? Explique.

36. Existe manifestação do **poder constituinte decorrente** no âmbito dos Municípios? Explique.

37. Qual o método de interpretação de normas constitucionais menos prestigiado e aceito? Justifique.

38. A jurista DILMA SERRA DA SILVA interpreta a norma constitucional X e conclui que a mesma não possui nenhuma eficácia (conseqüência ou influência) na ordem jurídica. Critique a posição da aludida jurista.

39. A (hipotética) Emenda Constitucional n. 75, de 2011, introduz o seguinte dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição brasileira de 1988: "Todas as normas constitucionais relacionadas com a organização e funcionamento do Estado não poderão ser modificadas por emendas constitucionais". Critique essa emenda.

40. "A Constituição brasileira de 1988, um monumento jurídico ao liberalismo clássico, serve tão-somente como limitador do exercício do poder político e guia privilegiado para a atividade do legislador". Critique essa consideração.

41. Um dos atuais candidatos a Presidente da República cogitou de convocar, se eleito, uma Assembléia Constituinte Originária para realizar a **reforma política**. Critique essa proposta.